



## Propostas farmacêuticas aprovadas na 13ª Conferência Nacional de Saúde



A Secretária-Geral do CFF, Lérica Vieira, e os Conselheiros Federais Marco Aurélio Schramm (Ceará) e Valmir de Santi (Paraná) defenderam as propostas de interesse dos farmacêuticos nas Plenárias Temáticas da Conferência

A Plenária da **13ª Conferência Nacional de Saúde** aprovou mais de dez propostas focadas na área farmacêutica. Os representantes do CFF (a Secretária-Geral do órgão, Lérica Vieira, e os Conselheiros Federais pelo Ceará, Marco Aurélio Schramm, e pelo Paraná, Valmir de Santi) defenderam nas Plenárias Temáticas todas as propostas de interesse da categoria farmacêutica na Conferência. O encontro reuniu, entre os dias 14 e 18 de novembro, em Brasília, cerca de 4 mil conferencistas de todo o

País, para discutir os novos rumos da saúde brasileira.

A **13ª Conferência** agrupou as propostas apresentadas em três grandes eixos. O Eixo I, com o tema “Desafios para a Efetivação do Direito Humano à Saúde no Século XXI: Estado, Sociedade e Padrões de Desenvolvimento”, trouxe 308 propostas. O Eixo II, sobre “Políticas Públicas para a Saúde e Qualidade de Vida: O SUS na Seguridade Social e o Pacto para a Saúde”, foi o que continha mais propostas, totalizando 479. E o Eixo III, com 196

propostas, abordou “A Participação da Sociedade na Efetivação do Direito Humano à Sociedade”. De todas as propostas discutidas pelos representantes, na Plenária da Conferência, mais de 600 foram aprovadas.

**PROPOSTAS FARMACÊUTICAS** - Entre as propostas que foram aprovadas na 13ª Conferência Nacional de Saúde, algumas delas merecem destaque, por atenderem às reivindicações da categoria farmacêutica e por estarem em sintonia com o pensamento do Conselho Federal de Farmácia. São elas:

- Garantir que, em todas as unidades de saúde públicas ou privadas que desenvolvem atividades com medicamentos, haja a presença do profissional devidamente habilitado, conforme preconiza a lei 5.991/73;

- Articular, nos Conselhos Nacional e Estaduais de Saúde, a agilização da Portaria do Ministério da Saúde que instituiu os Núcleos de Atenção Integral à Saúde da Família (NASF);

- Definir a política nacional que aponte para a transformação das farmácias em estabelecimentos de promoção à saúde, integrando-os ao SUS;

- Fazer da farmacovigilância, do fracionamento e do controle de medicamentos psicotrópicos, estratégias para o uso racional de medicamentos, no Brasil, tendo como suporte o farmacêutico como profissional do medicamento.

Por Deborah Souza, estagiária de Jornalismo, com a coordenação do jornalista Aloísio Brandão, editor.